

A PRUDÊNCIA SEMPRE GERA OS EFEITOS ESPERADOS?

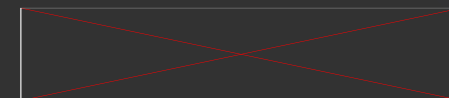
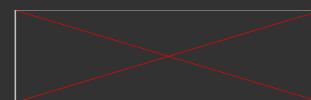
Do ato regular de gestão ao regime sancionador proporcional

Eduardo Lamers

Abrapp

Prudência não é paralisia.

É decisão técnica, proporcional, documentada e aderente aos riscos do plano.



A pergunta da mesa

A prudência sempre gera os efeitos esperados? A resposta jurídica deve ser precisa.

Não necessariamente

Planos de benefícios estão expostos a eventos de mercado, longevidade, inadimplência, tecnologia, governança e comportamento dos participantes.

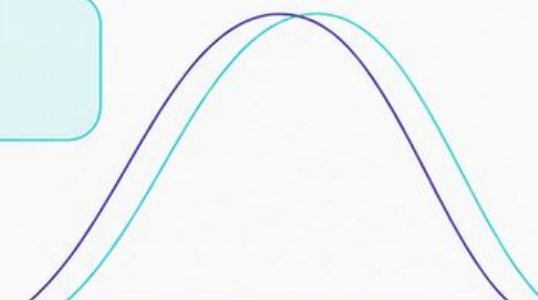


Mas sempre deve produzir um efeito jurídico

Permite separar resultado adverso de infração administrativa. O foco desloca-se do prejuízo isolado para a qualidade da decisão.

resultado econômico $\neq$ ilícito administrativo

Fonte: LC nº 109/2001; Resolução CGPC nº 13/2004; Decreto nº 4.942/2003; Resolução PREVIC nº 23/2023.



O eixo normativo da prudência

A CGPC nº 13/2004 transforma prudência em método de gestão, não em slogan.



As EFPC devem adotar governança, gestão e controles internos adequados ao porte, complexidade e riscos inerentes aos planos.

Resolução CGPC nº 13/2004, art. 10



Todos os riscos que possam comprometer os objetivos devem ser continuamente identificados, avaliados, controlados e monitorados.

Resolução CGPC nº 13/2004, art. 12, caput



Os riscos devem ser avaliados com observância dos princípios de conservadorismo e prudência.

Resolução CGPC nº 13/2004, art. 12, § 2º



Os controles internos devem ser continuamente reavaliados e aprimorados, com procedimentos apropriados para os riscos mais relevantes.

Resolução CGPC nº 13/2004, art. 13

Síntese: prudência = risco conhecido + decisão técnica + controle proporcional + documentação suficiente.

Fonte: Resolução CGPC nº 13/2004, arts. 10, 12 e 13.

O que prudência não significa

A agenda não deve transformar risco legítimo em responsabilidade automática.

Não é imobilismo

A EFPC não cumpre sua finalidade se deixa de decidir por receio de responsabilização abstrata.

Não é retrospectiva perfeita

A decisão deve ser julgada pelas informações disponíveis no momento em que foi adotada.

Não é aversão absoluta ao risco

Planos têm riscos próprios. O ilícito surge quando há risco não identificado, não monitorado ou assumido de modo incompatível.

**O conservadorismo recomenda reconhecer, provisionar e tratar riscos prováveis.
Não autoriza punir todo resultado adverso como se fosse falha de gestão.**

Fonte: Resolução CGPC nº 13/2004, art. 12, § 2º; art. 22, parágrafo único.

Por que reformar o Decreto nº 4.942/2003

A matriz sancionadora deve deixar de ser predominantemente normativa e passar a ser orientada por risco.

1 Limitação do modelo atual

A leitura centrada no descumprimento formal favorece resposta punitiva mesmo quando a falha é sanável, de baixa materialidade ou sem risco efetivo ao plano.

2 Descompasso regulatório

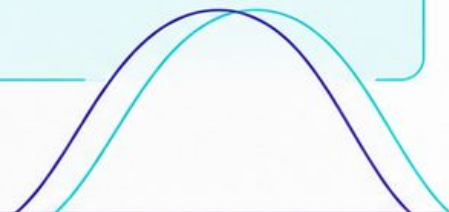
O Decreto é anterior ao amadurecimento da supervisão preventiva, aos controles por porte e complexidade e à linguagem de risco da CGPC nº 13/2004.

3 Efeito indesejado

A sanção excessivamente formal pode inibir decisão regular, reduzir transparência, estimular defensividade e deslocar o foco da correção do problema.

Tese: punir melhor exige graduar a resposta conforme materialidade, gravidade, culpabilidade, saneamento e risco efetivo.

Fonte: Decreto nº 4.942/2003; Resolução CGPC nº 13/2004; Resolução PREVIC nº 23/2023.



Conteúdo mínimo da reforma

Cinco pontos devem constar expressamente da atualização do Decreto nº 4.942/2003.

1. Materialidade

A infração sancionável deve considerar impacto econômico, atuarial, operacional, reputacional e risco aos participantes.

2. Risco efetivo

A resposta deve variar conforme probabilidade, severidade, duração, extensão e capacidade de mitigação do risco.

3. Correção

Prever orientação, determinação, plano de ação ou termo de adequação antes da multa, quando o caso permitir.

4. Dosimetria

Fixar critérios objetivos de culpa, dolo, reincidência, cooperação, benefício auferido e saneamento.

5. Gestão regular

Mitigar ou afastar sanção quando houver decisão técnica, documentada e aderente aos riscos.

A reforma deve trocar a pergunta “qual norma foi descumprida?” por “qual risco foi criado, qual foi a gravidade, houve saneamento e qual resposta protege melhor o plano?”.

Fonte: LC nº 109/2001; Resolução CGPC nº 13/2004; Decreto nº 4.942/2003; Resolução PREVIC nº 23/2023.

Opções de dosimetria das penalidades

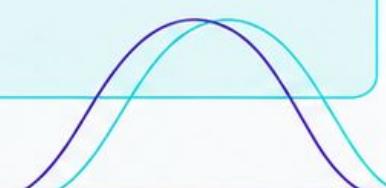


A penalidade deve ser consequência final calibrada, não reação automática ao achado formal.

Nível	<u>Tipo de situação</u>	<u>Critério de risco e contexto</u>	<u>Possíveis penalidades</u>
Nível 1	Inconformidade formal sanável	Sem risco relevante ou dano identificado	Orientação, recomendação ou determinação. Sem multa se houver saneamento tempestivo.
Nível 2	Falha de controle com risco moderado	Risco controlável e cooperação da EFPC	Plano de ação, advertência ou multa reduzida se houver descumprimento do prazo.
Nível 3	Negligência relevante	Risco material, dano ou exposição indevida	Multa proporcional, obrigação de saneamento e monitoramento reforçado.
Nível 4	Dolo, fraude, temeridade ou reincidência	Conduta consciente, benefício indevido ou risco grave	Multa agravada, inabilitação quando cabível, medidas prudenciais e representação.

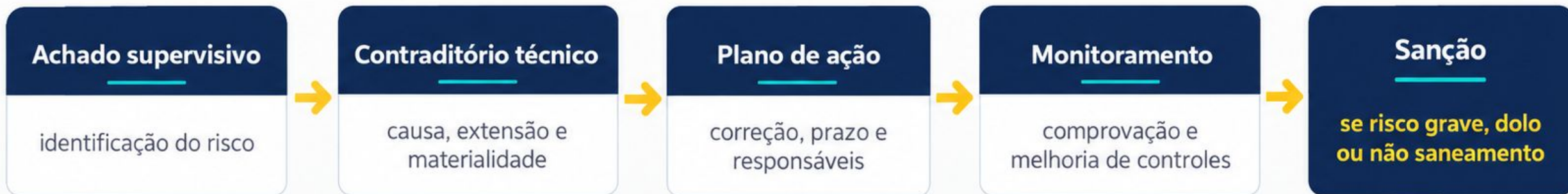
Critérios transversais: porte e complexidade da EFPC, materialidade, duração, extensão, culpabilidade, cooperação, histórico, reincidência e efetividade do saneamento.

Fonte: Decreto nº 4.942/2003; LC nº 109/2001, arts. 63 a 66; Resolução CGPC nº 13/2004.



Favorecer a correção dos atos

A resposta estatal deve priorizar a proteção do plano e dos participantes.



Efeito jurídico

Cria incentivo regulatório para revelar falhas, corrigir controles e documentar decisões, sem eliminar responsabilidade.

Efeito supervensivo

Permite que a PREVIC concentre energia nos riscos que realmente ameaçam solvência, liquidez e governança.

Efeito institucional

Reduz litigiosidade e fortalece segurança jurídica, sem enfraquecer o poder sancionador.

Fonte: Resolução CGPC nº 13/2004; Resolução PREVIC nº 23/2023; Decreto nº 4.942/2003.

Da norma isolada ao risco supervisionado

A mudança de lógica é o ponto central da reforma.

Modelo baseado em normas

- 1 Verifica-se o descumprimento formal
- 2 Enquadra-se a conduta no tipo
- 3 Aplica-se a sanção
- 4 A correção aparece como efeito secundário

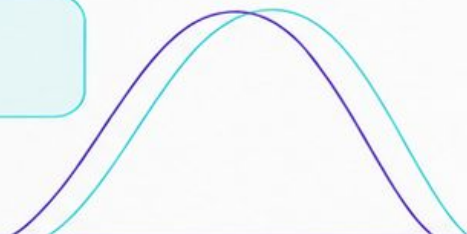


Modelo baseado em riscos

- 1 Identifica-se o risco
- 2 Mede-se materialidade e gravidade
- 3 Escolhe-se a resposta proporcional
- 4 Prioriza-se correção e prevenção
- 5 Sanciona-se com intensidade adequada

supervisão baseada em riscos $\neq$ tolerância à irregularidade

Fonte: LC nº 109/2001; Resolução CGPC nº 13/2004; Decreto nº 4.942/2003; Resolução PREVIC nº 23/2023.



Conclusão

A sanção deve ser instrumento de supervisão. Não deve substituir a gestão de riscos.

1. Prudência é método

Identificar, avaliar, controlar e monitorar riscos com conservadorismo, documentação e reavaliação contínua.

2. Reforma deve ser objetiva

Materialidade, risco efetivo, correção, dosimetria e proteção ao ato regular de gestão devem constar do Decreto.

3. Sanção deve ser calibrada

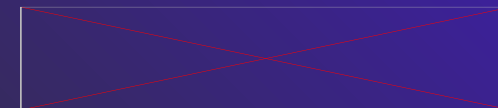
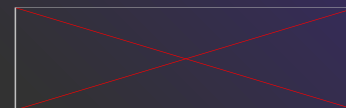
A resposta forte deve permanecer para dolo, fraude, temeridade, dano material, reincidência ou descumprimento do saneamento.

**A prudência nem sempre evita perdas.
Mas deve evitar arbitrariedade na responsabilização.**

Fonte: LC nº 109/2001; Resolução CGPC nº 13/2004; Decreto nº 4.942/2003; Resolução PREVIC nº 23/2023.



**Desafio aos Deuses: o preço
de tentar controlar o futuro**



Obrigado!

Eduardo Lamers
Abrapp



www.abrapp.org.br



www.abrapp.org.br/central-relacionamento